



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS PARA A
ORDEM DOS ENGENHEIROS

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante do procedimento para a "Aquisição de Serviços de Comunicações Eletrónicas, para a Ordem dos Engenheiros" é a Ordem dos Engenheiros – Conselho Diretivo Nacional, sita na Av. António Augusto Aguiar, 3 D, 1069-030 Lisboa,

Telefone 213 132 600

Fax n.º 213 524 632

E-mail: juridico.nacional@oep.pt

2. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O Conselho Diretivo Nacional é o órgão competente para tomar a decisão de contratar tendo delegado poderes no Bastonário, na reunião do Conselho Diretivo Nacional, na Sede nacional da Ordem, em Lisboa, a 25 de maio de 2016, que nessas condições autoriza a despesa.

3. OBJETO DO PROCEDIMENTO

Procedimento para a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS PARA A ORDEM DOS ENGENHEIROS".

4. PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços serão prestados pelo período de 1 (um) ano.

5. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRETO

O Ajuste Direto é realizado nos termos do n.º 1, alínea a), do art.º 20 e art.º 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado no Decreto-Lei n.º18/2008 de 29 de Janeiro.

6. PREÇO BASE

O preço base do procedimento é de € 13.000,00 (treze mil euros), que limita o preço contratual conforme disposto no art.º 47.º do CCP, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

7. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP, nos termos do art.º 57.º, al. a) do CCP – **anexo I** do presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.



8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta documentada tem que ser apresentada no prazo de 3 (três) dias após o recebimento do convite.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através de transmissão escrita e eletrónica de dados para o e-mail: juridico.nacional@oep.pt.

10. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:

- a) Não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida, no prazo máximo de 10 dias;
- b) Não suprimir as irregularidades detetadas nos documentos apresentados, no prazo máximo de 5 dias;
- c) Preste falsas declarações;
- d) Não preste a caução que lhe seja exigida (quando aplicável);
- e) Não confirme os compromissos assumidos por terceiros;
- f) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato (quando aplicável).

11. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O órgão competente para a decisão de contratar exigirá a apresentação dos seguintes documentos de habilitação previstos no artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do artigo 55º do CCP;
 - i. A Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, é emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
 - ii. A Declaração prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, é comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português;

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.



Os documentos de habilitação serão apresentados conforme previsto no Artigo 83º do CCP.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

12. PUBLICITAÇÃO E EFICÁCIA DO CONTRATO

A celebração do contrato será publicada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, www.base.gov.pt, conforme determina o art.º 127º do CCP, sendo esta publicitação, condição de eficácia para efeitos de qualquer pagamento.

13. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), e restante legislação aplicável.



ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º)

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio e no nº 1 do artigo 460º o presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);



i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum no 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum no 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva no 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.



- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos nos 4 e 5 do artigo 57º